

TESOURO NACIONAL — AUMENTA O DEFICIT DE CAIXA

Evidenciando a tendência observada em meses anteriores, continua a agravar-se a posição de caixa do Tesouro. A programação financeira instituída pelo Decreto n.º 61 005, de 13/7/67, previa para setembro uma receita de NCr\$ 725,7 milhões e uma despesa de NCr\$ 665,0 milhões e, cumulativamente, até esse mês, NCr\$ 5 009,3 milhões e NCr\$ 5 965,6 milhões, respectivamente, para a receita e a despesa. O acompanhamento da execução financeira, através das contas do Tesouro junto ao Banco do Brasil, acusou, no entanto, acelarada deterioração no exercício em curso (QUADRO I).

Esse fato determinou que se tomassem medidas novas e adequadas a fim de ajustar as despesas a níveis mais realísticos.

Assim, através do Decreto n.º 61 415, de 28/9/67, o Poder Executivo fixou novas normas para a utilização de créditos orçamentários e adicionais no exercício de 1967. Passava o Poder Executivo a considerar indisponíveis, a partir daquela data (28/9/67), todos os créditos adicionais ou orçamentários, com vigência no exercício, que não tivessem integrado o cronograma de desembolso fixado pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda.

Entretanto, como arma de política de desenvolvimento econômico, o Governo vem utilizando, do lado da receita, o sistema de transferências (incentivos fiscais) e de retardamento de pagamento de impostos (45 dias para o IPI), com o objetivo de recompor o capital de giro das

I — TESOIRO NACIONAL — EXECUÇÃO FINANCEIRA

JANEIRO/SETEMBRO 1967

(NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1.º SEMESTRE		JULHO/ SETEMBRO		JANEIRO/ SETEMBRO		SETEMBRO	
	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)	Progra- mado (1)	Exe- cutado (2)
Receita	2 859,7	2 751,2	2 119,6	1 973,9	5 009,3	4 725,1	725,7	592,4
Despesa	4 015,6	3 863,2	1 950,0	2 191,7	5 965,6	6 054,9	665,0	669,7
Deficit	1 125,9	1 112,0	— 169,6	217,8	956,3	1 329,8	— 60,7	77,3

(1) FONTE: Diário Oficial da União, de 14-7-67.

(2) Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

II — TESOIRO NACIONAL — RECEITA ORÇAMENTÁRIA
JANEIRO/SETEMBRO DE 1967
 (Em NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO/SETEMBRO				PARTICIPAÇÃO % DE CADA ITEM NO TOTAL	
	A preços correntes		A preços constantes Jan. 66 = 100			
	1966	1967	1966	1967	1966	1967
RECEITA	4 143,8	4 725,1	3 644,5	3 225,3	100,0	100,0
Produtos industrializados (1)	1 156,3	1 691,6	1 016,8	1 154,6	27,9	35,8
Renda	539,0	1 019,3	473,8	696,6	13,0	21,6
Importação (2)	241,4	256,0	211,4	174,2	5,8	5,4
Único s/energia	53,7	84,0	21,9	58,1	0,6	1,8
Único s/combustíveis	645,2	745,7	568,5	509,6	15,6	15,8
Outras (3) (4) (5)	1 508,2	928,5	1 352,1	632,2	37,1	19,6

(1) Imposto de consumo em 1966.

(2) Exclusive taxa de despacho aduaneiro.

(3) Inclui receita não classificada.

(4) Inclui imposto do selo, transformado em 1967 em imposto de operações financeiras e recolhido ao Banco Central para constituir a Reserva Monetária. Em 1967, trata-se de recolhimento de resíduo de ano anterior.

(5) Inclui a taxa de despacho aduaneiro, único sobre minerais.

FONTE: Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

empresas, que implica necessariamente em queda de arrecadação (cêrca de 12% em termos reais — vide QUADRO II). Mesmo considerando a contenção anteriormente referida, se projetarmos a tendência da receita e da despesa, verificaremos que o deficit para o atual exercício deverá ultrapassar a cifra de NCr\$ 1.200,0 milhões (aproximadamente 2% do PIB estimado na proposta orçamentária).

Dentro do critério de dividir o exercício financeiro em dois períodos (tal como deixa transparecer a idéia do Dec. n.º 61 005), o segundo semestre (julho a setembro) apresenta o deficit de NCr\$ 217,8 milhões, contra a previsão de superavit de NCr\$ 169,6 milhões. A receita acumulada no período atingiu o montante de NCr\$ 4 725,1 milhões, dos quais 57,4% se referem aos impostos de produtos industrializados e de renda (QUADRO II). Aliás, acentuou-se sensivelmente a representatividade dêsses impostos, uma vez que em 1966 se apresentavam como 40,9% do total, inclusive o impôsto do sêlo, e 43% exclusive. Êsse fato parece evidenciar melhoria no nível de atividade econômica, de vez que em 1967 não houve alteração, para maior, de alíquotas de qualquer dos referidos impostos.

Quanto à distribuição de despesa segundo a natureza econômica (QUADRO III), parece evidenciar a incompressibilidade

III — TESOIRO NACIONAL — DESPESA DE CAIXA
JANEIRO/SETEMBRO DE 1967

(Em NCr\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO/SETEMBRO				PARTICIPAÇÃO % DE CADA ITEM NO TOTAL	
	A preços correntes		A preços constantes Jan. 66 = 100			
	1966	1967	1966	1967	1966	1967
OPERAÇÕES CORRENTES	2 688,2	3 739,0	2 365,0	2 564,2	60,1	61,8
Aquisição de bens e serviços	1 730,6	2 389,2	1 522,9	1 638,9	38,7	39,5
Transferências correntes	957,6	1 349,8	842,1	925,3	21,4	22,3
CAPITAL	1 787,8	2 315,9	1 570,1	1 585,0	39,9	38,2
Investimentos	473,5	585,0	417,1	398,3	10,6	9,6
Transferências de capital	1 314,3	1 730,9	1 153,0	1 186,7	29,3	28,6
DESPESA TOTAL DE CAIXA	4 476,0	6 054,9	3 935,1	4 149,2	100,0	100,0

FONTE: Banco Central e Comissão de Programação Financeira (MF).

dos gastos correntes que, a cada ano, absorvem maior parcela dos recursos totais. Em 1966, representavam 60% da despesa total; em 1967, cerca de 62%.

Não obstante os esforços do Governo no sentido de reduzir o desequilíbrio financeiro das entidades integrantes da administração descentralizada, existe apenas melhoria sensível em algumas, contrabalançada pela má situação em outras, de forma que continuam, a exemplo de anos anteriores, a observar, em gastos

correntes e de capital, cerca de 50% do dispêndio total do Tesouro.

Para a cobertura do deficit acumulado até setembro (NCr\$ 1 329,8 milhões — superior em termos reais e nominais ao de 1966), o Tesouro contou com os seguintes recursos líquidos: do Banco Central, redução de depósitos no valor de NCr\$ 55,6 milhões; do Banco do Brasil, absorção de depósitos no montante de NCr\$ 636,8 milhões; de colocação de Letras e obrigações junto ao público, NCr\$ 748,6 milhões.



BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, S. A.

Autorizado a funcionar por Dec. n.º 18374, de 28 de agosto de 1928 — C. Patente n.º 1262 — Matriz em P. Alegre — RS

RESUMO DO BALANCETE GERAL EM 5 DE OUTUBRO DE 1967

ATIVO		PASSIVO	
Em Caixa e no Bco. do Brasil S/A	17.387.811,81	Capital e Reservas	14.221.223,09
Depósito à ordem do Bco. Central	18.354.477,90	Depósitos	132.267.361,19
Titulos Descontados e Empréstimos	117.230.939,67	Titulos Redescontados	1.698.636,43
Empréstimo da Cart. Créd. Agrícola	14.000.698,30	Carteira Agrícola — Investimento	
Agências e Correspondentes	38.093.596,08	Estado	2.134.946,13
Outros Valores a Realizar	14.944.894,26	Agências e Correspondentes	45.802.158,45
Ed. de Uso, Imóveis e Outros Bens	10.223.856,06	Ordens de Pag. e Outros Créditos	28.306.195,41
Resultados Pendentes	6.890.602,15	Resultados Pendentes	12.696.365,53
Contas de Compensação	131.908.100,92	Contas de Compensação	131.908.100,92
	369.034.987,15		369.034.987,15

Gustavo Langsch — Diretor Presidente; Benedicto Antunes Sampaio — Diretor Vice-Presidente; Nestor Azambuja Guimarães — Diretor; Cláudio Alberto M. Eberte, — Diretor; Antônio Pires — Diretor; Alderico Massignan — Diretor; Coralino Lima — Diretor; Pedro Vasconcellos de Araújo — Sub-Chefe da Contabilidade — Contador CRCRS nº 1565.

A MAIOR REDE BANCÁRIA GAÚCHA